

Peru: agora é quando

O texto a seguir é um trecho adaptado de Estados alterados. Reconfiguraciones estatales, luchas políticas y crisis orgánica en tiempos de pandemia (Muchos mundos ediciones – CLACSO, 2021).

Quando o estado de emergência nacional foi declarado em março de 2020 devido à pandemia do coronavírus, o Peru estava passando por uma grave crise política e institucional desencadeada pelo escândalo da Lava Jato. O esquema de corrupção instalado no Estado veio a envolver o então presidente Pedro Pablo Kuczynski, que foi forçado a se demitir quando soube que suas empresas haviam se envolvido em má gestão enquanto era Ministro da Economia.

Naquela época, o regime tentou uma sucessão precipitada, colocando Martin Vizcarra na presidência, que habilmente assumiu a bandeira da luta contra a corrupção, enfrentando o Fujimorismo entrincheirado no Parlamento e reformando alguns eixos relacionados com o sistema de justiça. O fechamento constitucional do Congresso, a eleição de um Congresso de transição e a alta aprovação popular de Vizcarra pareciam garantir a continuidade do modelo e uma sucessão favorável ao estabelecimento nas eleições de 2021.

Mas a pandemia chegou, contribuindo para a decomposição do regime em meio a uma crise política aguda que custou a vaga do próprio Vizcarra, a imposição de um presidente ilegítimo que durou quatro dias e a nomeação de um frágil governo de transição.

Com números que colocam o Peru como um dos países com a maior taxa de mortalidade por coronavírus do mundo, uma crise econômica de grande magnitude e instabilidade política latente, o regime neoliberal entrou em colapso. Os grupos de poder instalados no Estado desde 1992 demonstraram sua

incapacidade de assegurar a vida do povo, ao mesmo tempo em que alocaram milhões em créditos e salvamentos para suas empresas e bancos.

A classe política dominante continua usando as instituições para promover seus próprios interesses, e as mobilizações sociais que foram desencadeadas demonstram indignação e estão abrindo um momento de indignação, cada vez mais crítico em relação à Constituição e ao modelo como um todo.

Poder corporativo, crise e pandemia no estado neoliberal

Abordar a configuração do Estado neoliberal no Peru exige, em primeiro lugar, compreender o neoliberalismo em seus três principais significados. Primeiro, como um programa intelectual: “um conjunto de ideias cuja trama básica é compartilhada por economistas, filósofos, sociólogos e juristas, incluindo Friedrich Hayek, Milton Friedman, entre outros, que defendem a restauração do liberalismo ameaçado pelas tendências coletivistas do século XX” (Escalante, 2017).

Segundo, como um programa político: uma série de leis, arranjos institucionais e critérios de política econômica e fiscal derivados dessas ideias, com o objetivo de coibir e contrariar o coletivismo em aspectos concretos (tanto na economia, educação, saúde, etc.). Finalmente, como um modelo de sociedade: um regime de existência que impõe certa racionalidade e formas de convivência suscetíveis de serem reproduzidas também a partir de baixo, nas subjetividades e práticas populares (Gago, 2014).

Após a crise do projeto nacionalista industrializador promovido pelo regime militar de Velasco Alvarado no final dos anos 60 e seu colapso total durante o primeiro governo de Alan García no final dos anos 80, as ideias neoliberais ganharam terreno no país. No início dos anos 90, em um país sitiado pelo conflito armado, pela hiperinflação e pelo descalabro dos principais partidos políticos, os grupos de poder econômico e

a liderança militar impuseram uma solução autoritária para a crise ao endossar o autocontrole de Alberto Fujimori perpetrado em 5 de abril de 1992 e legitimado pela Constituição de 1993.

O neoliberalismo peruano se instalou em termos ideológicos, programáticos e sociais, limitando o Estado a seu papel de promotor de investimentos privados, desenvolvendo uma legislação e uma arquitetura estatal favorável ao livre mercado e expandindo uma racionalidade individualista que, em nome do “empreendedorismo”, incentivou a informalidade e justificou a falta de proteção social.

Esta forma de organizar o Estado e a sociedade sobreviveu à queda de Fujimori e foi continuada por sucessivos governos democráticos. A partir de 2001, os grupos de poder que se revezaram no governo deram uma nova vida ao modelo, aproveitando os altos preços das commodities no mercado internacional. Como observaram economistas como Francisco Durand (2004), ocorreu a “captura” do Estado, um processo pelo qual grandes empresas e corporações transformaram o Estado para atender suas necessidades, colocando seus executivos em postos-chave do governo e até mesmo capturando todos os presidentes.

Esta situação corroeu a democracia. Independentemente da opção que os cidadãos votaram, a política econômica e a forma de governo foram as mesmas; foi o caso de Ollanta Humala, que chegou ao poder com um discurso crítico do modelo e, em poucos meses, alinhou-se ao neoliberalismo. Em sentido semelhante, a fim de assegurar a continuidade da política econômica e fiscal, a existência de uma tecnocracia tem sido decisiva, que, com mais ou menos nuances, constituiu um corpo de profissionais instalados nos ministérios (especialmente no Ministério da Economia e Finanças), supostamente apolíticos, mas ideologicamente comprometidos com a não intervenção do Estado e com a promoção do investimento privado.

Como os peruanos têm visto nas últimas décadas, o poder econômico teve acesso preferencial ao Estado e a capacidade de ocupá-lo usando a “porta giratória”, ou seja, a passagem de executivos empresariais para funções governamentais e vice-versa. Da mesma forma, os conglomerados econômicos conseguiram operar diretamente a partir do poder político concentrado no Executivo de modo que, a partir dos anos 90, 65% da legislação sobre questões econômicas foi feita por decreto legislativo ou supremo e não pelo Parlamento nacional.

Conglomerados como o grupo Romero, proprietário da Credicorp com o Banco de Crédito, ou o Grupo Interbancário, de propriedade de Rodríguez Pastor, tornaram-se ricos e consolidaram sua influência, sendo a CONFIEP, a Associação Bancária (ASBANC), a Associação das AFPs ou a Sociedade Nacional de Mineração (SNM), entre outros, os interlocutores privilegiados dos governantes.

A crise desencadeada pela Lavajato revelou as limitações do Estado neoliberal e da governança instalada, mostrando sua cooptação nas mãos de interesses privados e sua propensão a endossar esquemas de corrupção ligados a “fechaduras constitucionais” que complicam a possibilidade de introduzir reformas. Figuras como as chamadas “Leis Contratuais”, supostamente estabelecidas para fornecer segurança jurídica às empresas, acabaram protegendo acordos que são prejudiciais aos interesses públicos, e qualquer modificação é penalizada com pesadas multas. O mesmo tem acontecido com figuras como as Parcerias Público-Privadas (PPP), que sucessivos governos têm usado para contratar com o Estado, favorecendo empresas próximas a seus interesses, especialmente no setor de construção e infra-estrutura.

Além disso, como evidenciado pelas denúncias e testemunhos do caso Odebretch, o poder empresarial utilizou elementos legais (como o financiamento de partidos políticos, fazendo doações milionárias aos partidos com mais possibilidades de ganhar as eleições) para que o governo da época os favorecesse com

contratos, legislasse a seu favor e assegurasse a impunidade no sistema de justiça. Este mecanismo funcionou durante décadas, ao ponto de envolver todos os ex-presidentes, vários governadores regionais, prefeitos, ex-ministros e altos funcionários que agora enfrentam julgamentos por corrupção.

O conhecimento desta situação gerou a indignação dos cidadãos com a classe política, aumentando o mal-estar e o descontentamento, mas também colocando em cima da mesa o debate sobre a necessidade de mudanças profundas, incluindo a Constituição de 1993.

Neste contexto de instabilidade política, a pandemia do coronavírus exacerbou a crise do estado neoliberal, revelando sua incapacidade de garantir aspectos básicos como saúde e alimentação para a maioria. Os números esmagadores expõem uma verdadeira catástrofe na qual mais de 80 mil pessoas morreram em oito meses, somando milhões de contágios e uma realidade de doença e morte que poderia ter sido evitada se a saúde pública não tivesse sido abandonada em favor de esquemas privados de saúde.

Apesar do crescimento sustentado do PIB nas últimas décadas, os investimentos em saúde permaneceram estagnados entre os mais baixos da região, limitando consideravelmente a possibilidade de melhorar a infra-estrutura hospitalar, desenvolver a pesquisa médica ou incentivar a produção farmacêutica. O fato de que no início da emergência havia 276 ventiladores mecânicos para uma população de 32 milhões de pessoas, juntamente com a ausência de uma rede de saúde primária que permitisse a detecção rápida e precoce da COVID-19, foi um fator determinante na magnitude desta tragédia.

Por outro lado, o impacto do vírus também revelou a dramática falta de proteção social em que vive a grande maioria dos peruanos, relacionada à taxa extremamente alta de emprego informal que agrupa mais de 12 milhões de pessoas (equivalente

a 71% da população economicamente ativa) que trabalham com contratos temporários e/ou “recorrem” diariamente sem quaisquer direitos trabalhistas, tais como previdência social ou férias. Para esta maioria de peruanos, ficar em casa significava um dia sem qualquer possibilidade de subsistência, o que impossibilitava o trabalho de medidas de contenção sanitária como a quarentena.

Para aliviar esta situação, o governo previu o pagamento de um bônus de aproximadamente US\$ 110 às famílias identificadas como pobres. Entretanto, estes vales foram entregues de forma aleatória e tardia a um pequeno grupo, tendo pouco efeito na mitigação da vulnerabilidade da maioria. Embora vários economistas e grupos de esquerda, como o Nuevo Perú, advertiram sobre a necessidade de prover uma renda básica universal, apontando que o Estado tinha os recursos para fazê-lo, Vizcarra e a tecnocracia do MEF recusaram-se a fazê-lo, contribuindo assim para o fracasso da quarentena.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os recursos públicos estavam sendo utilizados para apoiar a situação das famílias, o governo implementou um esquema de reativação econômica favorável aos grupos de poder econômico. Foi aprovado o Programa Reativa Peru, que destinou 12% do PIB para “assegurar a continuidade na cadeia de pagamentos diante do impacto da COVID-19”. Em uma primeira fase, através do Banco Central de Reserva, este Plano deu aos bancos 30 bilhões de soles (8,5 bilhões de dólares) para financiar basicamente grandes empresas e multinacionais, apelando para a velha fórmula de dar dinheiro público a grandes grupos do poder financeiro praticamente sem condições. Junto com essas medidas, a desordenada reabertura econômica pressionada pelos setores empresariais, agregada na CONFIEP, reafirmou a primazia dos grupos de poder, mostrando a submissão do governo e sua incapacidade de frear o mercado de lucro das clínicas privadas ou o monopólio do oxigênio e dos produtos farmacêuticos.

A pandemia expôs com força os limites do modelo neoliberal e

desgastou sua hegemonia, demonstrando sua orientação para o acúmulo e enriquecimento de um pequeno grupo dominante e sua impossibilidade de gerar bem-estar para a maioria. Aspectos-chave que garantiram a reprodução, validade e legitimidade do modelo são hoje fortemente questionados por setores mais amplos da sociedade. É o caso, por exemplo, do papel do Estado, reduzido pelas elites a um promotor de investimentos privados e mero garantidor do mercado livre.

A um custo muito alto em termos de doenças e vidas humanas, os peruanos provaram que o mercado não garante saúde ou vida e que é importante ter um Estado que garanta direitos e assegure um nível básico de proteção para seus cidadãos. Da mesma forma, discute-se a necessidade de gerar empregos decentes e a insustentabilidade de manter altas taxas de emprego informal que abandonam a maioria aos altos e baixos do mercado e sem nenhuma previdência social.

O Estado, a estrutura institucional e a narrativa neoliberal instalada no início dos anos 90 estão profundamente enfraquecidos e são cada vez mais questionados por uma sociedade afetada pela crise e menos resignada à continuidade política e econômica.

Da perplexidade à indignação: respostas sociais e crise política

Marx disse na Contribuição à Crítica da Economia Política que “o modo de produção da vida material determina o processo social, político e intelectual da vida em geral; não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, ao contrário, é sua existência social que determina sua consciência”.

Pode-se afirmar que no Peru de hoje as condições materiais que impõem uma vida de informalidade, precariedade e individualismo têm uma influência decisiva na consciência dos peruanos sobre sua própria situação, bem como nas formas de organização e protesto que eles organizam para enfrentar as

múltiplas crises que os afetam. Também leva em conta o impacto de situações históricas recentes que corroeram o tecido social, tais como o conflito armado, a cooptação de Fujimori e a profunda crise de representação. Desde os anos 90, o descalabro dos partidos políticos tem incentivado o surgimento de figuras “independentes”, a emergência de partidos ligados aos negócios e o empobrecimento do debate político, dominado pelo imediatismo, clientelismo e espetáculo.

Nestas condições históricas, materiais e subjetivas, diante da pandemia, a sociedade peruana – e especialmente suas classes populares – configurou respostas que oscilam entre a insatisfação com a classe política, a renovação dos laços comunitários e uma reativação da mobilização popular, especialmente intensa após a desocupação do ex-presidente Vizcarra e a rejeição do golpe de Estado no Congresso.

Em relação à primeira, o descontentamento e desconforto com a classe política é uma característica da sociedade peruana que, juntamente com o individualismo e a fragmentação, tem sido funcional para a hegemonia do regime. Isto revela a necessidade de entender o neoliberalismo não apenas como um projeto político que é possível derrotar eleitoralmente, mas também como uma articulação complexa entre acumulação de capital e modos de vida que operam no desejo e nas relações sociais, configurando uma sensibilidade emocional e política (Sztulwark, 2019).

No Peru, essa sensibilidade, que afeta a capacidade de empatia ao exaltar formas de vida orientadas para o sucesso individual e o consumismo fácil, conseguiu criar raízes transversalmente. A hegemonia do neoliberalismo, especialmente no campo popular, não responde apenas às medidas governamentais: obedece também à sua capacidade de impor e convencer sobre a adequação dos modos de vida e das orientações aspiracionais, acompanhada de uma vocação sancionadora que liquida socialmente aqueles que não conseguem com seus próprios meios ou escapam à disciplina do regime (o ocioso, o cúmplice, o vermelho).

A crise da esquerda, retraída durante anos em ONGs ou em projetos meramente eleitorais, contribuiu para reforçar tal hegemonia, enquanto o descontentamento político e o mal-estar coexistiram funcionalmente com a reprodução do modelo. Durante muito tempo, os protestos contra diferentes aspectos do sistema foram caracterizados pela dispersão territorial, o primado das plataformas setoriais e uma politização precária, o que limitou suas possibilidades de disputar a representação política.

No entanto, a grave situação gerada pela pandemia permitiu o desenvolvimento de iniciativas comunitárias articuladas por diferentes movimentos e organizações sociais, que foram (e continuam sendo) fundamentais para resistir à emergência. Estas iniciativas revelam a persistência de laços sociais enraizados nos aspectos culturais e comunitários que são contrários ao individualismo defendido pelo regime. É o caso, por exemplo, das organizações indígenas amazônicas que, diante do abandono do Estado, organizaram redes de auto-ajuda e controle do território, exigindo também diversas formas de solidariedade para aliviar a situação dos povos que sofrem condições estruturais de empobrecimento.

Este também é o caso das patrulhas camponesas nos Andes – essenciais para deter a propagação do vírus – que assumiram as tarefas de vigilância e organização das áreas de moradia e produção. Nas cidades, destaca-se a organização de cozinhas de sopa e cozinhas de sopa para enfrentar coletivamente a fome que a crise trouxe, juntamente com a ação de coletivos feministas na denúncia de vários casos de assédio, violência e feminicídio. Estas e outras iniciativas que são articuladas questionam a forma neoliberal de convivência e sensibilidade, demonstrando a importância dos laços comunitários para assegurar a reprodução da vida.

O desastre relacionado à COVID-19 e a negligência do Estado gerou protestos setoriais em várias regiões do país que acumularam um nível de agitação que finalmente foi expresso

nas mobilizações de novembro. Diante da má administração da pandemia, os protestos foram liderados por trabalhadores considerados “essenciais” (médicos, enfermeiros e trabalhadores de limpeza pública). Estes atores, juntamente com as confederações sindicais, que permaneceram ativas diante de demissões baseadas em números prejudiciais como a “suspensão temporária perfeita”, questionaram aspectos cruciais do regime, como a ausência de estabilidade no emprego e a necessidade de uma margem de regulamentação estatal diante do lucro do mercado e os altos e baixos da crise.

Juntamente com os golpes sanitários, econômicos e sociais da pandemia, a crise política ligada à corrupção e a instabilidade institucional latente foram dois fatores determinantes para quebrar a hegemonia neoliberal. Não esqueçamos que, após a renúncia de Pedro Pablo Kuczynski em 2018, em meio a uma sociedade farta da classe política, Vizcarra conseguiu salvar temporariamente o regime, enfrentando habilmente a legislatura dominada pelo Fujimorismo e fechando constitucionalmente o Congresso em outubro de 2019.

Mas a permanência de interesses subalternos no novo Parlamento instalado em fevereiro de 2020 e sua própria incompetência – sinalizada por um ambiente medíocre e por suas próprias alegações de corrupção – aceleraram seu declínio. Vizcarra estava cercada por grupos de interesse, máfias e velhos políticos tradicionais que, a partir do Congresso, promoveram dois processos de vacância presidencial. A primeira, por favorecer o tráfico na contratação de um ex-conselheiro. A segunda, devido a acusações de testemunhas que comprometeram sua administração como governador regional de Moquegua com subornos da empresa Odebrecht.

A primeira tentativa de destituição presidencial contra Martín Vizcarra, realizada em outubro, foi amplamente desaprovada pelo público porque, apesar de tudo, considerou Vizcarra um “mal menor” e preferiu que ele terminasse seu mandato em julho de 2021. A inconsistência das acusações, a rejeição da

população e a revelação de conversas entre o exército e um setor de parlamentares minaram o apoio ao pedido, e a moção foi finalmente arquivada.

Entretanto, o Presidente Vizcarra ficou enfraquecido e exposto como mais um político que usou o poder para favorecer seus próprios interesses privados. Por sua vez, o Congresso continuou na decadência do descrédito, sendo visto pela população como um espaço político dominado pela máfia e por interesses criminosos, com pequenas bancadas ligadas a grupos econômicos corporativos e dominadas por congressistas dedicados a legislar para proteger seus negócios. Também revelou a atividade de setores de ultra-direita com presença no Parlamento e das câmaras de negócios interessadas em retirar o presidente e assumir o Estado para acomodar normas em seu benefício e atrasar o calendário eleitoral.

A situação política, portanto, longe de se estabilizar, piorou. Em novembro, a bancada da União para o Peru apresentou uma segunda moção para a vaga presidencial. Este pedido também procurou destituir o presidente sob a figura ambígua de “incapacidade moral permanente”, agora pela suposta responsabilidade de Martin Vizcarra pela má administração econômica quando ele era governador regional de Moquegua. Estas acusações eram mais graves, mas já estavam nas mãos do Ministério Público, que poderia fazer avançar as investigações uma vez que ele deixasse o cargo.

Nesta ocasião, os cidadãos também rejeitaram amplamente o impeachment mas, acima de tudo, expressaram seu descontentamento com o truque de um Congresso mais preocupado em retirar o presidente do cargo do que em lidar com a emergência pandêmica. Em um único dia, porém, o Congresso optou por destituir Vizcarra, proclamando o congressista Manuel Merino presidente, apoiado por uma coalizão de direitistas emergentes e tradicionais em uma manobra que gerou uma rejeição popular maciça e vigorosa.

Entre 9 e 15 de novembro, mobilizações maciças ocorreram em Lima e nas principais cidades, lideradas especialmente por jovens e estudantes em rejeição ao golpe parlamentar e exigindo a demissão de Merino como presidente. A indignação contra uma classe política imbuída de acordos para tomar o poder apesar da pior crise econômica e social em décadas, encorajou e intensificou a indignação nos protestos.

A forte repressão policial, que custou a vida de dois jovens em Lima, não pôde deter a mobilização cidadã, sendo decisiva para a queda do governo efêmero apenas quatro dias após sua instalação. Da mesma forma, nestes dias de mobilização popular, a demanda por uma nova Constituição estava muito presente e esta mudança foi vista como uma possibilidade de fechar o ciclo de crise e abrir um momento de discussão em direção a um novo pacto social que repensasse o papel do Estado e do mercado na sociedade.

Após a demissão antecipada de Manuel Merino e após uma difícil negociação, o Parlamento nomeou Francisco Sagasti, deputado por Lima do centrista Partido Púrpura, como presidente de transição, que assumiu o governo com um discurso conciliatório. Entretanto, a instabilidade política permanece, pois o próprio presidente de transição não tem uma correlação favorável em um Congresso que ainda é o mesmo que deixou Vizcarra e parece disposto a manter a crise a fim de impor sua própria agenda.

Este cenário também abriu uma oportunidade política para protestos de vários setores afetados durante décadas pelo neoliberalismo. É o caso dos trabalhadores agro-exportadores, que paralisaram as rodovias do país por uma semana, rejeitando um regime especial de trabalho que permitisse a exploração grave da mão-de-obra. A paralisação dos trabalhadores agro-exportadores, trabalhadores públicos temporários e mineiros, entre outros que foram ativados após as mobilizações de novembro, configuram um cenário muito mais profundo de contestação do Estado e do modelo, cada vez mais ligado às

críticas da ordem constitucional.

O momento político parece propício para soluções transformadoras, incluindo a possibilidade de concretização de um processo constituinte que culmine em uma Nova Constituição. Neste clima de mobilização, politização e expectativas democratizadoras, as eleições gerais de abril de 2021 terão lugar. Um momento decisivo, no qual as propostas dos diferentes atores políticos serão fundamentais para avançar ou deter estas mudanças, renovar o modelo ou encerrar definitivamente o ciclo neoliberal.

Epílogo Transitório: Crise Política e o Encerramento do Ciclo Neoliberal

Em meio ao desgaste das elites governantes e com uma maior reação crítica da população ao impacto da crise, parece iminente o esgotamento do ciclo neoliberal imposto em 1992; a questão é se ele abrirá um outro, que processos estão em disputa e que características esta nova etapa poderia ter.

Partindo da afirmação de que a abertura de um novo ciclo é possível, um primeiro cenário a ser disputado tem a ver com o impulso para o processo constituinte. Como confirmado pelas últimas pesquisas, a demanda por mudança constitucional está na maioria dos peruanos, e o que está em disputa é a magnitude desta possível mudança constitucional; se é uma questão de fazer reformas específicas ou se é necessário eleger uma Assembleia Constituinte encarregada de formular uma nova.

Sem dúvida, o que aconteceu no Chile após o surto de 2019 tem influência no Peru, já que em ambos os países as elites golpistas decidiram “constitucionalizar” o modelo neoliberal, colocando bloqueios que dificultariam muito a introdução de reformas. No Chile, após trinta anos e em meio a uma revolta generalizada, os cadeados foram quebrados e o povo, em um referendo, optou por instalar uma Assembleia Constituinte. No Peru, embora o acúmulo militante e organizacional não

apresente a densidade chilena, há também um espírito de impugnação e destituição que pode fechar o ciclo neoliberal e terminar abrindo um novo.

Uma nova geração de jovens, conhecida como a “geração bicentenária”, tomou as ruas e parece não estar disposta a se contentar com reparos superficiais. Sem dúvida, seu protagonismo será decisivo para determinar a dimensão do processo constituinte, seja ele um processo de reformas ou uma mudança abrangente com participação popular.

Por outro lado, as eleições de abril de 2021 são outro processo chave em disputa para definir o encerramento do ciclo. As forças de direita farão de tudo para oxigenar o sistema, mesmo que isso signifique prometer “mudar tudo para que nada mude” (procurando colocar peças de reposição, como o ex-técnico da Alianza Lima, George Forsyth, ou o tecnocrata Julio Guzmán). Mas desta vez o descontentamento, a mobilização e o questionamento fundamental do modelo compõem um cenário favorável para políticas esquerdistas e progressistas que poderiam ter uma chance de vencer e levar adiante um governo capaz de fazer mudanças substantivas nas esferas econômica e política.

Que a disputa eleitoral pode levar a uma mudança progressiva na saída da crise não é uma possibilidade distante ou arriscada. Nos últimos vinte anos, um importante setor da população tem votado consistentemente a favor de uma proposta de mudança ou, pelo menos, de crítica ao modelo. Isto ficou evidente em 2011, quando 30% do eleitorado votou em Ollanta Humala, embora após ganhar a presidência ele tenha abandonado sua plataforma progressista e se alinhado com a hegemonia neoliberal. Isso também aconteceu em 2016, com 18% da população votando em Verónica Mendoza, faltando apenas chegar ao segundo turno.

A dispersão nos partidos de direita, atingidos por escândalos de corrupção e pelos custos da pandemia, joga a favor do

possível triunfo de uma progressiva candidatura de esquerda, sendo Verónica Mendoza novamente, com a plataforma Juntos pelo Peru, a possibilidade mais viável. Isto explica, em grande medida, a ânsia dos grupos políticos com presença no Congresso de bloquear a abertura do sistema a novos partidos e manter a instabilidade, escorregando um possível adiamento das eleições sob o pretexto da COVID-19.

Estamos vivendo uma crise de proporções globais que tem colocado em questão a ideologia, a governança, a gestão econômica e a forma de organizar a sociedade ligada ao neoliberalismo. Este modelo, que já vinha perdendo sua hegemonia antes da pandemia, sofreu um duro golpe com o triunfo do MAS na Bolívia e a aprovação majoritária da mudança da Constituição no Chile, cujas repercussões estão sendo sentidas especialmente na região andina.

No Peru, pode-se afirmar um momento decisivo para fechar o ciclo e abrir um ciclo diferente, claramente transformador. Embora em outras ocasiões o neoliberalismo tenha mostrado sua capacidade de renovação, hoje há espaço para levantar fortes argumentos em defesa do coletivo, para repensar o papel do Estado e questionar radicalmente o lucro do mercado. É um momento chave para disputar a narrativa pós-pandêmica e articular um poderoso bloco histórico popular que promove um processo constituinte e conquista o poder e o governo no campo eleitoral.

Mas este é também um momento chave para repensarmos-nos como comunidade, propondo um horizonte para o futuro, aquele “sentido dos tempos” que José Carlos Mariátegui chamou, capaz de alimentar preocupações, reorientar significados e modos de vida que superem o individualismo exacerbado que nos isola e o consumismo que deteriora o planeta. Podemos avançar no fechamento do ciclo assegurando que não voltaremos ao mesmo, ampliando o espaço para garantir ao público, com base na solidariedade, a comunidade em torno do cuidado mútuo.

Como estamos prestes a celebrar o bicentenário da instalação de uma república fundada sobre profundas continuidades coloniais, é hora de afirmarmos um novo caminho de emancipação e esperança.